

CONSTITUINTE

GAZETA MERCANTIL

## CGT inicia debate sobre a estrutura sindical 24 NOV 1986

por Célia Roseblum  
de São Paulo

Em busca de subsídios para sua ação durante os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, a executiva da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) iniciou na última sexta-feira, em São Paulo, um seminário sobre as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No final de janeiro, a direção nacional da entidade reúne-se em plenária para determinar uma proposta de estrutura sindical que pretende ver assegurada na futura Constituição.

Com o apoio da Confederação Internacional das Organizações Sindicais Livres (CIOSL), o diretor da OIT, Alberto Otero de Dias, veio ao Brasil para auxiliar os sindicalistas na análise de 158 convenções elaboradas pelo órgão. Fundada em 1919, a OIT consolidou uma proposta de legislação internacional do trabalho tendo como fundamento básico a garantia dos direitos humanos.

Segundo Otero de Dias, o Brasil ratificou 58 das 158 convenções da OIT. A entidade mantém um sistema de controle para fiscalizar, em todos os países signatá-

rios, a aplicação das normas. No Brasil, por exemplo, existem alguns problemas com a segunda parte da Convenção nº 98 que diz respeito ao direito de sindicalização e negociação coletiva. O entrave é que a OIT prevê negociações livres, sem a interferência do estado.

Fernando Serrano, representante da CIOSL no Brasil, considera o debate em torno das convenções muito importante. Na CGT, principalmente porque a entidade faz sérias ressalvas à Convenção nº 87, que prevê liberdade e autonomia sindical - temendo a instalação do pluralismo de representações. Para Serrano, a estrutura sindical vigente no Brasil representa "um divórcio absoluto com a OIT".

A CIOSL enfatiza a necessidade de aproveitar a Constituinte para alterar a legislação trabalhista. Enquanto confederação internacional, também se tem preocupado em denunciar a repressão à liberdade sindical.

No Brasil, a questão estaria centralizada nos conflitos rurais. Mas o país que mais agride a liberdade sindical, segundo Eddy Lauryjssen, diretor da entidade, é a África do Sul.